



Universidade Federal
de São João del-Rei

Divisão de Projetos e Obras

MEMORIAL DESCRITIVO

Obra: Obras de adequação das Instalações de Prevenção e Combate a Incêndio dos Campi da UFSJ

Campus Santo Antônio (CSA) -São João Del Rei – UFSJ;

Campus Tancredo Neves (CTAN) -São João Del Rei – UFSJ;

Campus Alto Paraopeba (CAP) – Ouro Branco – UFSJ;

Campus Centro Oeste (CCO) - Divinópolis – UFSJ;

Campus Sete Lagoas (CSL) –Sete Lagoas – UFSJ;



Universidade Federal
de São João del-Rei

Divisão de Projetos e Obras

TERMO DE REFERÊNCIA

Obra: Adequação das Instalações de Prevenção e Combate a Incêndio dos Campi da UFSJ

Interessado: Universidade Federal de São João Del Rei –UFSJ.

Contratação de pessoa jurídica especializada para a realização das obras necessárias à adequação das edificações dos Campi da UFSJ em São João del-Rei, Ouro Branco, Divinópolis e Sete Lagoas conforme projetos aprovados no Corpo de Bombeiros do Estado de Minas Gerais - CBMG.

Este memorial tem por objetivo estabelecer as condições e disciplinar a forma de trabalho, estabelecer a qualidade dos materiais, a mão-de-obra e o relacionamento entre CONTRATANTE e CONTRATADA, descrevendo e especificando de forma clara os serviços a serem executados. Para a perfeita descrição dos materiais, especificados neste memorial e no orçamento detalhado, estão sendo citadas marcas e modelos adotados como padrão, que servirão de referência para as suas utilizações. Em caso de serem cotados materiais equivalentes, fica desde já convencionado que deverão ser exigidos, a qualquer tempo, resultados de ensaios que comprovem o desempenho e demais características técnicas exigidas, de maneira a garantir a manutenção das condições especificadas.

Para a implementação da obra, a CONTRATANTE emitirá ordem de serviço específica, autorizando e informando a data de início dos serviços. Nesta data terá início a contagem do prazo de execução determinado no cronograma físico-financeiro.

Todos os materiais a serem empregados na obra deverão ser comprovadamente de boa qualidade e satisfazer rigorosamente as especificações. Todos os serviços serão executados em completa obediência aos princípios de boa técnica, devendo ainda satisfazer rigorosamente às normas da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas.

As especificações constantes nos desenhos dos projetos, neste memorial e no orçamento detalhado são complementares entre si.

Durante as obras será feita periódica remoção de todo entulho e detritos que venham a se acumular no local.

Será de competência da CONTRATADA fornecer todo o ferramental, maquinaria e aparelhamento adequado a mais perfeita execução dos serviços contratados, bem como os equipamentos de proteção individual (EPI) e proteção coletiva (EPC). As medidas de proteção aos

empregados e a terceiros, durante a construção, obedecerão ao disposto nas “Normas de Segurança do Trabalho nas Atividades da Construção Civil” e CIPA.

Será de inteira responsabilidade da CONTRATADA a concordância entre os projetos, o local de construção (topografia local) e as concessionárias (redes públicas).

Não poderá a CONTRATADA, em hipótese alguma, alegar desconhecimento das condições estabelecidas neste memorial e no orçamento detalhado, bem como de detalhes e exigências constantes dos projetos, que fazem parte integrante do contrato.

A CONTRATADA será responsável pelas soluções técnicas necessárias para execução dos projetos.

Todos os pagamentos, taxas, impostos, multas, encargos sociais, indenizações, seguros e demais encargos que incidam, ou venham a incidir sobre a obra e o pessoal da mesma, serão de total e exclusiva responsabilidade da CONTRATADA.

A CONTRATADA é obrigada a obter a sua custa todas as licenças e franquias necessárias, pagando os emolumentos, previstos por lei e observando todas as leis, regulamentos e posturas referentes às obras e segurança pública. É obrigada ao cumprimento de quaisquer formalidades e ao pagamento das multas porventura impostas pelas autoridades.

Qualquer dúvida na especificação, caso algum material tenha saído de linha durante a obra, ou ainda caso faça opção pelo uso de algum material equivalente, consultar a FISCALIZAÇÃO da UFSJ, para maiores esclarecimentos a fim de que a obra mantenha o mesmo padrão de qualidade, em todos os níveis da edificação.

É vedada qualquer modificação nos projetos específicos, sem a prévia autorização dos seus autores e da FISCALIZAÇÃO da UFSJ.

Quando a obra estiver concluída, em perfeito acordo com os documentos contratuais, e liberada pela FISCALIZAÇÃO da UFSJ, será lavrado um termo de recebimento provisório, aqui convencionado como **Termo Circunstanciado**. O prazo de validade deste dependerá da realização de serviços de correção de anormalidades, eventualmente verificadas, de sua aceitação pela FISCALIZAÇÃO da UFSJ e da comprovação de pagamentos das contribuições previdenciárias relativas ao período da obra. Após o cumprimento dessas exigências será lavrado o **“Termo de Recebimento Definitivo”**.

A CONTRATADA não poderá sub-empregar o total dos serviços a ela adjudicados, sendo-lhe, entretanto, permitido fazê-lo parcialmente, continuando a responder, porém, direta e exclusivamente, pela fiel observância das obrigações contratuais, sendo necessária a autorização prévia da CONTRATANTE.

Correrá por conta exclusiva da CONTRATADA, a responsabilidade pelo fornecimento do livro “Diário de Obra”, após a devida aprovação pela FISCALIZAÇÃO do modelo a ser confeccionado.

A CONTRATADA deverá fornecer, com a necessária antecedência, à FISCALIZAÇÃO, as amostras de todos os materiais, antes do emprego dos mesmos na execução da obra.

A CONTRATADA, no intuito de facilitar o acompanhamento dos serviços, deverá, quando for o caso, apresentar a relação de seus contratados para a execução dos trabalhos fora do canteiro de obras da CONTRATANTE, possibilitando, inclusive, a visita da FISCALIZAÇÃO a esses locais (fábricas, oficinas, serralharias, etc.).

A CONTRATADA, quando solicitada pela FISCALIZAÇÃO, deverá apresentar descrições pormenorizadas das soluções a adotar nas diversas etapas da obra.

Concluída a obra, a CONTRATADA fornecerá à CONTRATANTE os desenhos atualizados (“as build”) de quaisquer elementos ou instalações da obra que, por motivos diversos, tenham sofrido modificação no decorrer dos trabalhos. Os referidos desenhos, submetidos a parecer da FISCALIZAÇÃO, deverão ser executados através de programa AUTOCAD sendo apresentadas por email, devidamente autenticados pelo setor competente.

A CONTRATADA será a única responsável pela guarda dos equipamentos, materiais e ferramentas até seu recebimento definitivo.

Em caso de dúvidas, quanto à interpretação de quaisquer elementos: projetos, normas e especificações, dever-se-á consultar a FISCALIZAÇÃO.

1. CONVENÇÕES E DEFINIÇÕES

Neste memorial serão adotadas as seguintes convenções:

1.1 - Contratante: UFSJ – Universidade Federal de São João del Rei

1.2 – Contratada, Construtora, Construtor: Empresa construtora vencedora do certame licitatório e com a qual venha a ser contratada a execução da obra.

1.3 - Fiscalização: Técnicos e auxiliares designados pela CONTRATANTE habilitados para verificar o cumprimento parcial ou total das disposições contratuais e exercerem, em nome daquela, toda e qualquer ação de orientação geral e fiscalização da obra.

1.4 – Termo Circunstanciado: termo de recebimento provisório.

1.5 - Projetista: Empresa ou projetista responsável pela elaboração dos projetos.

2. IMPLANTAÇÃO DO PROJETO

- Os serviços serão executados no Campus Santo Antônio – CSA, Campus Tancredo Neves – CTAN em São João del Rei – MG, Campus Alto Paraopeba – CAP – Ouro Branco, Campus Centro Oeste – CCO – Divinópolis e Campus Sete Lagoas – CSL – Sete Lagoas

- Os projetos específicos de adequações das instalações de prevenção e combate a incêndio serão fornecidos pela Contratante.

3. SERVIÇOS PRELIMINARES

Antes da emissão da Ordem de Serviço, a Fiscalização irá promover uma reunião virtual com o(s) representantes legal(is) da empresa onde serão passadas as diretrizes referente às obrigações por parte da empresa e a documentação necessária ao cumprimento do objeto.

Após a emissão da Ordem de Serviço a CONTRATADA terá **10 dias** para providenciar e apresentar à Fiscalização a seguinte documentação sob pena de aplicação das penalidades:

DOCUMENTAÇÃO OBRIGATÓRIA (D.O) A PARTIR DA EMISSÃO DA O.S.

DOCUMENTO	Penalidade conforme projeto básico – “15.2 item b”
- Registro da CNO da obra	vii
- Apresentação do responsável técnico pela condução das obras e confecção do diário de obras	vii
- Apresentação do responsável pelo gerenciamento do contrato	vii
- ART de execução da obra	vii
-Placa da obra	vii

- No início da obra, será providenciada a confecção e imediata colocação da(s) placa(s) contendo o(s) nome(s) do(s) responsável(eis) técnico(s) pela execução da obra e pela autoria dos projetos e números das ART's, de acordo com as exigências do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia conforme modelo de placa fornecido pela CONTRATANTE.

- Imediatamente após a mobilização da obra, serão providenciadas as ligações provisórias das redes de água e energia, que deverão estar disponibilizadas até as ligações definitivas desses sistemas na obra a ser construída quando for o caso.

- Todas as construções provisórias a serem implantadas deverão ser instaladas conforme a planilha de custos, entretanto, caso o Contratado deseje construir as estruturas de apoio provisórias para a execução do objeto, deverá apresentar preliminarmente projeto em planta baixa com as medidas indicando seu uso para aprovação da Fiscalização. Estas estruturas deverão ter bom padrão de acabamento, com estrutura de madeira revestida com chapas de maderit, que receberão pintura à base de tinta PVA, na cor branca. Deverão ter cobertura com telhas de fibrocimento e esquadrias de madeira com vidros lisos, incolores. Serão previstas as construções de tantas edificações quantas forem necessárias ao atendimento da NR -18 e às demais recomendações da Delegacia Regional do Trabalho, como por exemplo, áreas para refeições, vestiários, sanitários, almoxarifado, escritório, etc. Será executado fechamento do terreno, onde acontecerá a obra, com a utilização de tapume em tela plástica laranja, funcionando como sinalização, proteção de corpo e delimitação da obra, fixada em mourões de eucalipto na altura de 100cm. O terreno deverá ter acesso controlado, de modo a se evitar o livre trânsito de pessoas estranhas à obra.

- A locação da obra será de responsabilidade da empresa ganhadora do certame licitatório a ser realizado

- A Contratada deverá manter equipe com profissionais capacitados, além de um engenheiro civil no período indicado na planilha de custos e encarregado com experiência em horário integral. pessoal para limpeza.

- As funções relativas ao Engenheiro Civil deverão ser comprovadas a prestação do serviço mediante contrato de trabalho autônomo, intermitente e ou carteira assinada. Na hipótese do sócio proprietário ser o responsável pela condução dos trabalhos fica dispensada esta exigência

- Demais funções deverão seguir as regras previstas no projeto básico item 7.8.

- O engenheiro contratado deverá estar presente no canteiro de obras durante a jornada de trabalho estabelecida, sendo este o responsável pelo preenchimento do diário de obras e a interlocução entre a Fiscalização e a Contratada dos assuntos relativos aos serviços.

- Caso a empresa indique a necessidade de permanência em carga horária superior à prevista do engenheiro na obra, os custos correrão exclusivamente por conta do Contratado.

4. ACESSO AO TERRENO E MOVIMENTO DE TERRA

- Os trabalhos de escavação de valas e reaterro da obra serão executados com cuidados especiais, tendo em vista resguardar estruturas existentes no local ou nas proximidades de possíveis danos causados, quer por carregamentos exagerados e/ou assimétricos, quer por impacto de equipamentos utilizados.

- Os reaterros serão executados com material escolhido, sem detritos vegetais, em camadas sucessivas de 0,20m de espessura no máximo, adequadamente molhados e energicamente apiloados, para serem evitadas posteriores fendas, trincas e desníveis por recalque das camadas aterradas.

- o material escavado deverá ser transportado e armazenado na proximidade da obra para sua reutilização no reaterro, a sobra deverá ser retirada do Campus ou em local a ser determinado pela Fiscalização.

5. BASE DO RESERVATÓRIO METÁLICO.

– A execução da estaca escavada será feita por equipamento de escavação adequado ao local de perfuração das estacas, que aciona a haste telescópica tendo acoplada em sua extremidade inferior uma ferramenta de perfuração, que pode ser adequada conforme a natureza do terreno e particularidades da obra a perfurar: para a ferramenta utilizada na execução da estaca escavada, dá-se o nome de trado ou coroa.

A estaca escavada possui seção circular diâmetro 25cm e é executada in loco por escavação mecânica com equipamento rotativo, e concretada com o uso de caminhão de concreto usinado, sendo despejado diretamente nas estacas sem a necessidade de bombeamento. O concreto será de $f_{ck} \geq 25\text{MPa}$.

Na execução da estaca escavada à medida que a ferramenta penetra no solo por rotação, ela se enche gradualmente e, quando cheia, a haste é levantada e a ferramenta automaticamente esvazia por força centrífuga (trado) ou por abertura do fundo (caçamba).

Após a concretagem das estacas, será escavada uma caixa de forma a acomodar a base de concreto armado do reservatório conforme projeto fornecido. A fixação da caixa à base será conforme especificação do fabricante.

6. VEDAÇÕES.

– As alvenarias serão em tijolos cerâmicos furados, 14x19x29cm, 11,5x19x19 ou 9x19x29cm conforme cada caso, de primeira qualidade, assentes com argamassa mista, traço 1:2:8 (cimento, cal, areia fina) devidamente alinhados e prumados, obedecendo as dimensões, alinhamentos e níveis indicados nos projetos.

- Deverão ser executadas vergas e contra-vergas em concreto armado, $FCK=15\text{MPa}$, moldada no local com forma de madeira, ultrapassando 20cm de cada lado do portal ou caixilho.

7. DEMOLIÇÕES

A demolição dos elementos estruturais tais como pisos, lajes, pilares e vigas deverão ser executados de forma criteriosa conforme a NBR 5682/1977, normas de segurança conforme a NR 18, evitando-se o tombamento de peças inteiras.

Furações em vigas e lajes deverão ser feitas com equipamento próprio rotativo com uso de brocas de vídea, não sendo admitido o rompimento manual tais como ferramentas a base de ponteiros/talhadeiras.

Demais demolições deverão ocorrer de forma mecanizada preferencialmente, da mesma forma que a carga do material em caminhões.

8. ESQUADRIAS

Madeira:

- os portais serão em madeira de lei, do tipo angelim, terão dimensões e modelo de projeto e deverão ter a largura da parede acabada.

– as portas serão de prancheta, com detalhes em taliscas imitando almofadas, em madeira de lei, do tipo angelim, fixadas com 3 dobradiças de 4", cada folha. Terão fechadura cilíndrica, maçaneta tipo taco de golfe e alisares coloniais ao redor, nas dimensões indicadas em projeto.

Metálicas:

- Todas as esquadrias metálicas (janelas), serão em alumínio anodizado, linha 25, com perfil 2,5 x 4,5 cm, na cor de projeto, com contra-marco, do tipo max-ar e todas as ferragens necessários para seu funcionamento. As cores deverão atender as especificações de projeto.

Os guardas corpos serão em tubos de aço galvanizado d= 2" para o corrimão e montantes e tubo de aço galvanizado diâmetro de ½" para as subdivisões e corrimão duplo em tubo de aço galvanizado de 1 ½" conforme projeto, pintados de esmalte acetinado cor preta.

9. REVESTIMENTOS

- As alvenarias, colunas, lajes e vigas receberão, via de regra, chapisco com argamassa mista de cimento e areia, no traço 1:3, espessura de 5mm. Após chapiscadas, receberão reboco do tipo paulista, empregando argamassa mista de cimento, cal hidratada e areia, com aditivo Sika1 ou similar, no traço 1:3:6, espessura de 20mm.

Onde indicado a necessidade de instalação de forros de gesso, deverão ser de placas acartonadas.

10. PISO

Diversos

Em regiões onde houver a necessidade de rompimento de abertura de rasgos em pisos para passagem de tubulações, os mesmos deverão ser reconstituídos com o mesmo material ou similar, mediante apresentação prévia de amostra para aprovação da Fiscalização.

11. INSTALAÇÕES

Execução completa dos projetos específicos fornecidos pela contratante:

Elétrica: instalações aparentes com materiais específicos e de marcas conhecidas e de primeira qualidade.

Deverá seguir rigorosamente o projeto elétrico a ser fornecido pela contratante e do padrão indicado na lista de materiais.

Não se permitirá emenda dos fios e cabos dentro dos condutores, mas apenas no interior das caixas. Só poderão ser abertos os olhais das caixas destinados a ligação de condutores. Projeto fornecido pela Contratante, obedecendo as normas pertinentes.

As luminárias de emergência deverão ser aprovadas previamente pela Fiscalização, devendo a Contratada informar o modelo e fabricante previamente.

Hidráulica e Combate Incêndio: deverão obedecer as normas pertinentes. As tubulações e conexões serão do material conforme indicado em projeto e deverão ser instaladas conforme norma da ABNT.

Os extintores de incêndio deverão ser instalados nos locais de projeto conforme as especificações estabelecidas.

Deverão ser feitos testes de estanqueidade antes do fechamento de paredes e ou valas.

12. PINTURA

- Todas as superfícies a serem pintadas serão limpas e preparadas para o tipo de pintura a que se destinem. Será eliminada toda a poeira depositada nas superfícies a pintar, tomando-se precauções contra o levantamento de pó durante os trabalhos de pintura, até que as tintas sequem inteiramente. As superfícies só poderão ser pintadas quando perfeitamente enxutas e

seladas. Cada demão de tinta só poderá ser aplicada quando a precedente estiver perfeitamente seca, convido observar um intervalo mínimo de 24 horas entre duas demãos sucessivas. Os trabalhos de pintura externos serão suspensos em tempo de chuva.

13. VIDROS

Não se aplica.

14. COBERTURA

As coberturas deverão ser executadas conforme especificações de projeto.

15. IMPERMEABILIZAÇÃO

Não se aplica.

16. RODAPÉS, SOLEIRAS E PEITORIS

Não se aplica.

17. PROGRAMAÇÃO VISUAL

As placas de sinalização dos projetos de PSCIP deverão ser instaladas conforme modelo e localização estabelecida em projeto.

18. URBANIZAÇÃO E PAISAGISMO

Não se aplica.

19. TRATAMENTO DOS TETOS

Os tetos receberão pintura PVA látex em duas demãos padrão Suvinil ou similar, em cor a ser definida, devendo receber antes da pintura a aplicação de uma demão de selador acrílico padrão suvinil ou similar.

Em locais onde houver a construção de forros de gesso, os mesmos deverão ser emassados previamente.

20. EQUIPAMENTOS

Fornecimento de um reservatório metálico tipo taça, coluna seca com capacidade de 42.000 litros, fixado sob base de concreto aramado conforme projeto específico.

21. DESMOBILIZAÇÃO E LIMPEZA GERAL

- A obra deverá ser entregue com o local totalmente limpo, livre de entulhos e estes removidos para fora do *campus*.
- Durante todo o período de execução da obra, as áreas construídas e/ou reformadas devem ser mantidas sempre limpas.
- Para entrega da obra todas as pavimentações e revestimentos serão limpos, abundante e cuidadosamente lavados à mão para não serem danificadas outras partes da obra, por esses serviços de limpeza.

22 CRITÉRIOS PARA ANÁLISE E CONFEÇÃO DE ADITIVOS

22.1 A Fiscalização adotará como regra para análise de eventuais aditivos as recomendações contidas no ACÓRDÃO Nº 1977/2013 - TCU – Plenário a saber:

17.1.7 quando constatados, após a assinatura do contrato, erros ou omissões no orçamento relativos a pequenas variações quantitativas nos serviços contratados, em regra, pelo fato de o objeto ter sido contratado por "preço certo e total", não se mostra adequada a prolação de termo aditivo, nos termos do ideal estabelecido no art. 6º, inciso VIII, alínea "a", da Lei 8.666/93, como ainda na cláusula de expressa concordância do contratado com o projeto básico, prevista no art. 13, inciso II, do Decreto 7.983/2013;

17.1.8. Excepcionalmente, de maneira a evitar o enriquecimento sem causa de qualquer das partes, como também para garantia do valor fundamental da melhor proposta e da isonomia, caso, por erro ou omissão no orçamento, se encontrarem subestimativas ou superestimativas relevantes nos quantitativos da planilha orçamentária, poderão ser ajustados termos aditivos para restabelecer a equação econômico-financeira da avença, situação em que se tomarão os seguintes cuidados:

17.1.8.1. Observar se a alteração contratual decorrente não supera ao estabelecido no art. 13, inciso II, do Decreto 7.983/2013, cumulativamente com o respeito aos limites previstos nos §§ 1º e 2º do art. 65 da Lei 8.666/93, estes últimos, relativos a todos acréscimos e supressões contratuais;

17.1.8.2. Examinar se a modificação do ajuste não ensejará a ocorrência do "jogo de planilhas", com redução injustificada do desconto inicialmente ofertado em relação ao preço base do certame no ato da assinatura do contrato, em prol do que estabelece o art. 14 do Decreto 7.983/2013, como também do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal;

17.1.8.3. Avaliar se a correção de quantitativos, bem como a inclusão de serviço omitido, não está compensada por distorções em outros itens contratuais que tornem o valor global da avença compatível com o de mercado; 17.1.8.4. verificar, nas superestimativas relevantes, a redundarem no eventual pagamento do objeto acima do preço de mercado e, conseqüentemente, em um superfaturamento, se houve a retificação do acordo mediante termo aditivo, em prol do princípio guardado nos arts. 3º, caput c/c art. 6º, inciso IX, alínea "f"; art. 15, § 6º; e art. 43, inciso IV, todos da Lei 8.666/93;

17.1.8.5. Verificar, nas subestimativas relevantes, em cada caso concreto, a justeza na prolação do termo aditivo firmado, considerando a envergadura do erro em relação ao valor global da avença, em comparação do que seria exigível incluir como risco/contingência no BDI para o regime de empreitada global, como também da exigibilidade de identificação prévia da falha pelas licitantes – atenuada pelo erro cometido pela própria Administração –, à luz, ainda, dos princípios da vedação ao enriquecimento sem causa, da isonomia, da vinculação ao instrumento convocatório, do dever de licitar, da autotutela, da proporcionalidade, da economicidade, da moralidade, do equilíbrio econômico-financeiro do contrato e do interesse público primário;"

17.1.9. Avaliar a conveniência e a oportunidade de, em seu relatório de fiscalização, propor ao Colegiado, com base no art. 250, inciso III do Regimento Interno do TCU, recomendação à jurisdicionada, para que, doravante, inclua nos editais cláusula a estabelecer, de forma objetiva, o que será objeto de aditamentos durante a execução da avença, bem como a definição do que venha a ser "subestimativas ou

superestimativas relevantes", a que se refere o subitem 9.1.8 supra, como, por exemplo, o estabelecimento de percentuais de tolerância quantitativa admitida em cada item do orçamento que torne descabida a celebração de aditivo, como, ainda, a necessidade de que a imprecisão se refira a serviço materialmente relevante do empreendimento (avaliado de acordo com a metodologia ABC), em prestígio ao princípio da segurança jurídica, como ainda do art. 6º, inciso VIII, alínea "a" c/c art. 47, art. 49 e art. 65, inciso II, alínea "d", todos da Lei 8.666/93;

17.2. Nos contratos executados mediante o Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC), aplicam-se, no que couber, os entendimentos expressos nesta decisão, por força do disposto no art. 2º, inciso II; art. 8º, § 1º; art. 39; art. 45, inciso I, alínea "b" e art. 63, todos da Lei 12.462/2011, como também no Acórdão 1.510/2013-Plenário, mormente no que se refere à necessidade de estabelecer uma matriz de riscos, a explicitar as exatas responsabilidades e encargos a serem assumidos pelos particulares – inclusive no que se refere a erros quantitativos;

Em atendimento ao disposto no item 17.1.9, fica estabelecido que para subestimativas encontradas após assinatura do contrato e pleiteadas através de aditivo pelo Contratado a título de distorções nos quantitativos da planilha de custos, serão adotados os seguintes critérios de análise:

a) Itens com totais (QUANTIDADE X UNITÁRIO) sejam de até R\$ 1.500,00 (Hum e quinhentos reais) sem o BDI aplicado, a margem de tolerância é de 50% do valor total do item. Neste caso eventuais distorções nos quantitativos de planilha dentro da faixa de tolerância não serão objeto de análise e aditivo, sendo considerada para efeito de aditivo somente o saldo que ultrapasse à margem estabelecida;

b) Demais casos, a margem de tolerância é de 15% dos quantitativos de planilha, sendo consideradas para efeito de aditivo, somente o saldo das quantidades que ultrapassarem este percentual.

c) Para serviços presentes no projeto e necessários à execução do objeto, caso não estejam presentes na planilha de custos, a margem de tolerância é de R\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais) sendo considerado para análise e possibilidade de aditivo o saldo que ultrapassar a margem de referência.

Não se incluem nas regras acima, itens eventualmente suprimidos, sejam parcialmente ou integralmente, por interesse da Administração ou nas superestimativas apuradas conforme disposto nos itens 17.8.1.3 e 17.1.8.4 do referido Acórdão.

23 MEDIÇÕES DE SERVIÇOS – CRITÉRIOS

Após a emissão da Ordem de Serviço, a Fiscalização promoverá vistorias a cada 30 dias para averiguação e apuração dos serviços executados e logo a seguir a elaboração do boletim de medição que será enviado para o CONTRATADO para as considerações que julgar necessárias.

Caso haja discordância do CONTRATADO em relação ao boletim prévio emitido pela Fiscalização, terá 3 (três) dias para apresentar sua contestação por escrito devidamente e justificada.

Caso a Fiscalização acate de forma integral ou não a contestação, promoverá os ajustes necessários e os itens que eventualmente discorde da CONTRATADA serão apresentadas suas justificativas por escrito.

Caso o CONTRATANTE não se manifeste após o envio do boletim de medição dentro do prazo previsto, considerar-se-á aprovado o boletim de medição e a sequência dos procedimentos de pagamento da medição de serviços com o envio por parte da CONTRATADA da nota fiscal de prestação de serviços e demais documentações conforme item 12.0 do projeto básico.

O CONTRATATO poderá efetuar sua medição de serviços e submeter à Fiscalização com antecedência de 5 (cinco) dias anteriores ao término de cada interstício de 30 dias, para apreciação da Fiscalização em modelo próprio da UFSJ a ser fornecido até 20 dias após a ordem de serviços.

Serão objeto de medições os serviços de prontos e em andamento de acordo com a evolução dos mesmos.

A Fiscalização não considerará materiais postos no canteiro de obra para efeito de adiantamento de serviços.

Itens que compõem a Administração Local serão pagos percentualmente de acordo com a evolução financeira do contrato e não como parcelas fixas, em harmonia ao Acórdão 2622/2013:

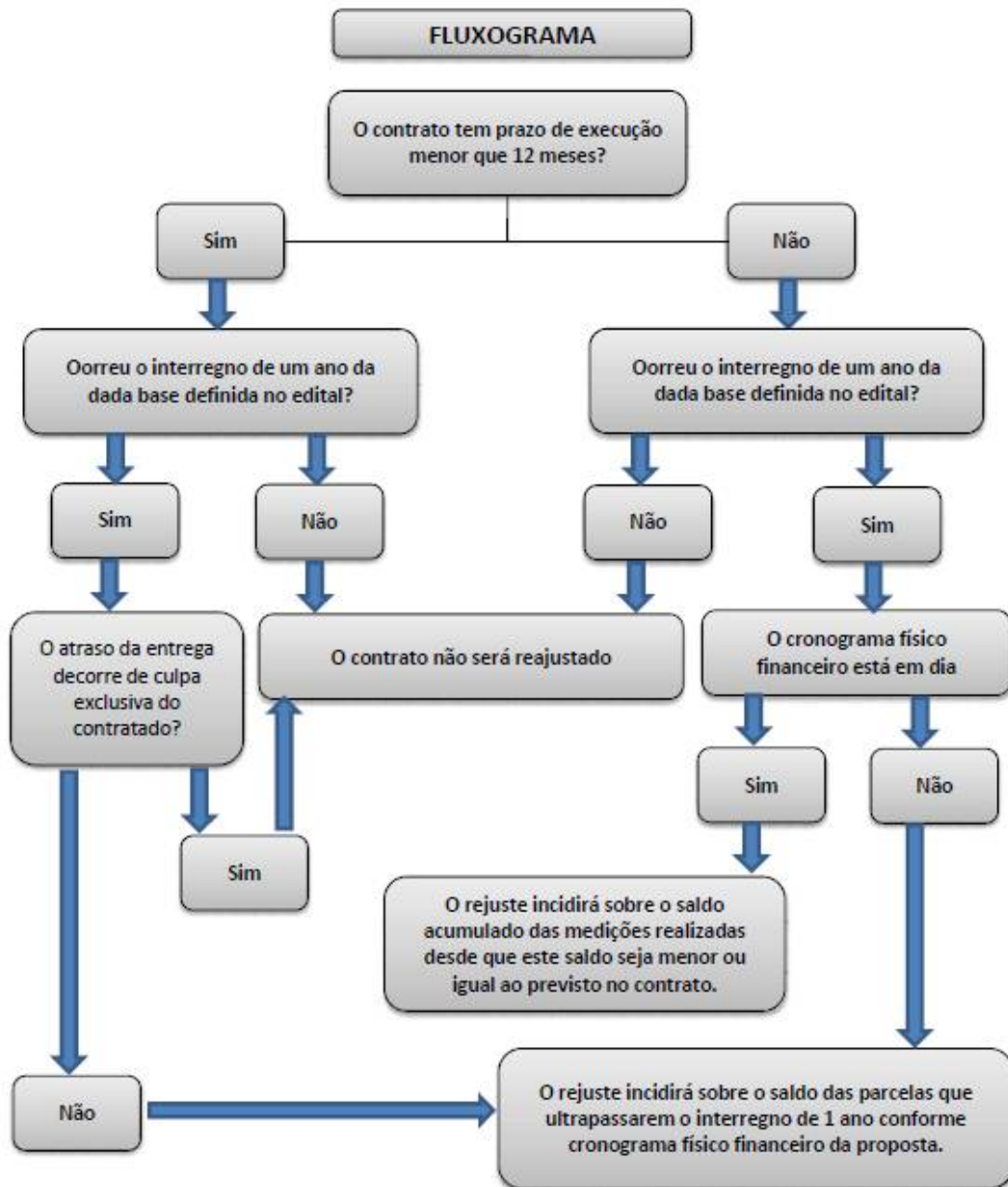
“...9.3.2.2 estabelecer, nos editais de licitação, critério objetivo de medição para a administração local, estipulando pagamentos proporcionais à execução financeira da obra, abstendo-se de utilizar critério de pagamento para esse item como um valor mensal fixo, evitando-se, assim, desembolsos indevidos de administração local em virtude de atrasos ou de prorrogações injustificadas do prazo de execução contratual, com fundamento no art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal e no arts. 55, inciso III, e 92, da Lei n. 8.666/1993...”

24 REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO – CONDICIONANTES

Eventual pedido de reequilíbrio econômico financeiro formulado pelo Contratado deverá necessariamente passar pelos critérios de análise condicionantes conforme o fluxograma a seguir:

Regras preliminares

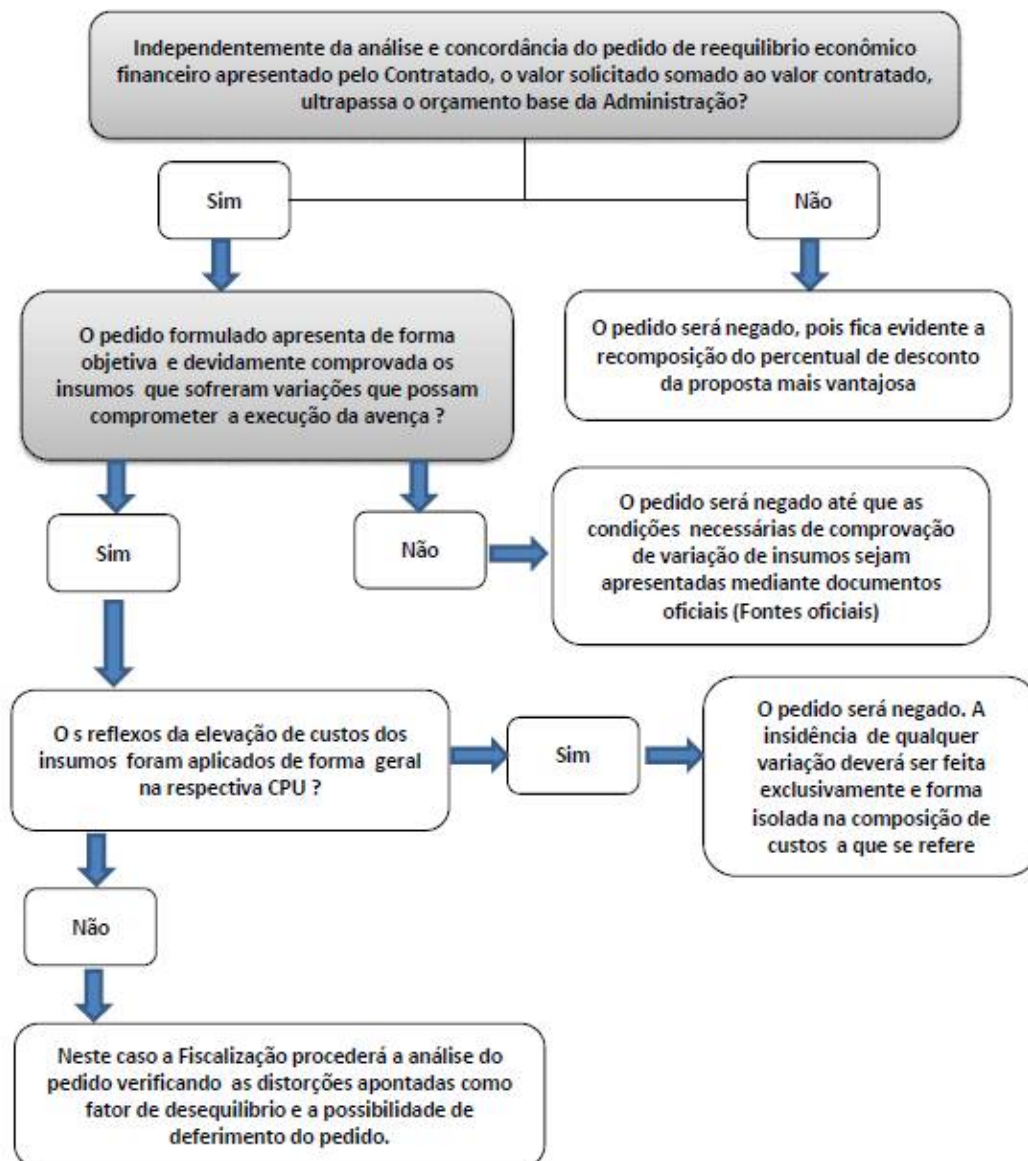
- 1) A DATA BASE DE REAJUSTE DO CONTRATO É A DEFINIDA NO PROJETO BÁSICO
- 2) O PRAZO DE EXECUÇÃO COMEÇA A PARTIR DA DATA DA ORDEM DE SERVIÇO



Regras preliminares:

- 1) SERVIÇOS MEDIDOS NÃO SERÃO ANALISADOS
- 2) O VALOR CORRESPONDENTE À PARCELA RISCO INDICADA NO BDI SERÁ COMPUTADA PARA EFEITOS DE MINIMIZAR OS EFEITOS DECORRENTES DE EVENTUAIS DISTORÇÕES ENCONTRADAS E ACATADAS
- 3) INSUMOS QUE APRESENTAREM DEFLAÇÃO SERÃO COMPUTADOS PARA COMPENSAR EVENTUAIS DISTORÇÕES INDICADAS

FLUXOGRAMA





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI
SISTEMA INTEGRADO DE PATRIMÔNIO,
ADMINISTRAÇÃO E CONTRATOS

FOLHA DE ASSINATURAS

Emitido em 19/10/2022

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 189/2022 - DPROB (15.00.04)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 20/10/2022 08:43)

SERGIO LUIZ FERNANDES MELONI

DIRETOR DE DIVISAO - TITULAR

DPROB (15.00.04)

Matrícula: 1648385

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.ufsj.edu.br/public/documentos/> informando seu número: **189**, ano: **2022**, tipo: **TERMO DE REFERÊNCIA**, data de emissão: **19/10/2022** e o código de verificação: **45a738ffab**